

## **IMPACTO DO ACESSO AO FINANCIAMENTO FORMAL NO SURGIMENTO E CRESCIMENTO DAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS NA CIDADE DE CHIBUTO (2016-2017)**

*IMPACT OF ACCESS TO FORMAL FINANCING ON THE EMERGENCE AND GROWTH OF SMALL AND MEDIUM-SIZED ENTERPRISES IN THE CITY OF CHIBUTO (2016-2017)*

<sup>1</sup> Marisa Iva Abrão Malate **GOBEIA**.  
<sup>2</sup> Efraime da Graça Armando **GOBEIA**.  
<sup>3</sup> Marcelino de **SOUSA**.

<sup>1</sup> Escola Superior de Negócios e Empreendedorismo de Chibuto da UEM. E-mail: egobeia@gmail.com\*.

<sup>2</sup> Escola Superior de Negócios e Empreendedorismo de Chibuto da UEM. E-mail: marimalate@gmail.com.

<sup>3</sup> Universidade Federal do Rio Grande do Sul. E-mail: marcelino.souza@uol.com.br.

Artigo submetido em 11/04/2022 e aceito em 13/06/2022.

### **Resumo**

O presente artigo visa avaliar o impacto do acesso aos sistemas financeiros formais no surgimento e crescimento das pequenas e médias empresas da cidade de Chibuto no período de 2016 a 2017. Foi seleccionada a cidade de Chibuto por ser um local de fácil acesso e pela consequente garantia de dinâmica no processo de recolha de informação. A pesquisa é descritiva, com abordagem mista (qualitativa-quantitativa), tendo sido usados métodos não probabilísticos, a partir da amostragem intencional. Foram conduzidas entrevistas à Autoridade Tributária de Chibuto, 2 bancos comerciais (Millenium BIM e BCI) e inquiridas 47 pequenas e médias empresas. Relativamente aos serviços oferecidos pela banca tradicional, maior parte dos empresários inquiridos revelaram que não aderem aos mesmos devido à factores ligados ao custo de capital (taxas de juro altas) e aos requisitos exigidos. A maioria das pequenas e médias empresas, ou seja cerca de 72% das mesmas, usa capitais próprios para financiar seus negócios enquanto que 28% usam fontes alternativas de financiamento como cooperativas de créditos, Micro-finanças, fundo de desenvolvimento distrital (FDD) e outras fontes não especificadas como alternativa à banca tradicional.

**Palavras-chave:** fontes de financiamento; pequenas e médias empresas; financiamento.

### **Abstract**

This article aims to assess the impact of access to formal financial systems on the emergence and growth of small and medium-sized companies in the city of Chibuto from 2016 to 2017. The city of Chibuto was selected because it is an easily accessible location and the consequent guarantee dynamics in the information collection process. The research is descriptive, with a mixed approach (qualitative-quantitative), using non-probabilistic methods, based on intentional sampling. Interviews were conducted with the Tax Authority of Chibuto, 2 commercial banks (Millenium BIM and BCI) and 47 small and medium-sized companies were surveyed. Regarding the services offered by traditional banking, most of the interviewed entrepreneurs revealed that they do not adhere to them due to factors related to the cost of capital (high interest rates) and the required requirements. The majority of small and medium enterprises, or about 72% of them, use their own capital to finance their businesses while 28% use alternative sources of financing such as credit unions, Micro-finance, district development fund (FDD) and other unspecified sources as an alternative to traditional banking.

**Keywords:** sources of finance; small and medium enterprises; financing.

## 1 INTRODUÇÃO

Moçambique é um país pobre e embora o estado seja o maior empregador, a maior parte da população ainda continua sem emprego. Em face deste problema, a criação de negócios próprios tem sido o refúgio da população ao desemprego (Relatório do INE, 2015).

O crescimento económico de um país, sem nenhuma dúvida é bastante influenciado pelo sector empresarial. Por sua vez, de modo a se adequar às tipicidades conjunturais, é imprescindível que estas empresas saibam criar estratégias sustentáveis que garantam a sua sobrevivência no mercado (KPMG, 2014).

Maioritariamente composto por pequenas e médias empresas (PME's), o sector empresarial constitui o centro de desenvolvimento do país, visto que gera emprego, dinamiza a competitividade da economia, estimula a inovação e a criatividade e mobiliza recursos sociais e económicos (CONSELHO DE MINISTROS, 2017).

Apesar das PME's serem vistas como o centro de desenvolvimento do país, a sua contribuição para a economia não está a corresponder às expectativas inicialmente previstas devido ao seu fraco desenvolvimento, sendo que representam 98,7% do número total de empresas registadas no país, empregando apenas 24,1% da força de trabalho formal total do país e contribuindo apenas em 28.5% no PIB (Belchior, 2015). Em geral o fraco desenvolvimento das PME's deriva da falta de auto-suficiência, pois a produção e ou a comercialização de bens e serviços envolve custos e por conta disso, elas têm necessidade de ter acesso a SFF em especial o Crédito (ALCIDES, 2017).

Neste contexto, este artigo avalia o impacto que o acesso ao financiamento formal tem no surgimento e crescimento das PME's na cidade de Chibuto, visando perceber se de facto o acesso ao financiamento formal restringe ou não o sucesso das PME's.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

Sistema Financeiro (SISFIN) moçambicano é constituído por intermediários financeiros e mercados financeiros, os quais angariam fundos junto dos agentes económicos excedentários e os canalizam para os agentes económicos deficitários, garantindo desta forma o bem-estar e a eficiência na alocação dos recursos (Abreu et al., 2007). O SISFIN joga um papel multidimensional no processo de desenvolvimento económico visto que possibilita a minimização de custos de informação ou de transação que advém das imperfeições dos mercados através da interação dos agentes económicos na actividade económica (JOSSEFA, 2011).

Moçambique como a maioria dos países em via de desenvolvimento tem o SF pouco desenvolvido, poucos operadores e poucos instrumentos financeiros para suportar a actividade económica (MACORE, 2012).

O sector financeiro informal consiste em empréstimos e créditos entre indivíduos e firmas que estão registadas junto do governo como intermediários financeiros e não estão sujeitos à supervisão governamental (Frontier, sem ano, citado por Maleiane, 2014). Por estas entidades estarem devidamente registadas junto ao governo estão sujeitas ao pagamento de impostos diretos ou outras obrigações inerentes à convivência civilizada. A maior parte da população que constitui este sector é não bancarizada e as formas de crédito utilizadas são o xitique (associação

de poupança e rotação de crédito) porque os custos de transação são quase nulos em relação ao crédito comercial que chega até uma variação de taxa de juro superior as praticadas pelo sector bancário variando de 5 a 10% ao mês (ALCIDES, 2017).

Tabela 1: Composição do sistema financeiro

Tipos de Instituições	2009
<b>Banco de Moçambique</b>	
Sede	1
Filiais	2
Agências	5
<b>Bancos de depósitos</b>	
Bancos comerciais e de investimento	14
Bancos de Micro-finanças	3
Cooperativas de crédito	6
<b>Outras instituições financeiras</b>	
Companhias de seguros	6
Instituições de locação financeira	1
Bolsa de valores	1
Organizações de poupança e empréstimo	9
Operadores de microcrédito	95

Fonte: Banco de Moçambique (2009).

De acordo com KPMG (2014), o SISFIN moçambicano tem como base o sector bancário, constituído principalmente por bancos comerciais e de investimento, bem como as micro-finanças e cooperativas de crédito. É importante garantir a boa saúde dos bancos comerciais visto que a estabilidade deste sistema depende crucialmente do funcionamento eficiente e eficaz destes bancos (MACORE, 2012).

Bancos comerciais e de investimentos são instituições que exercem, por objecto exclusivo e com fins lucrativos, funções bancárias e financeiras, nomeadamente a emissão de empréstimos por obrigações e a recepção de fundos por meio de depósitos a prazo superior a um ano e outras operações devidamente autorizadas e, bem assim, a colocação dos capitais próprios ou alheios por sua conta e risco, em participações no capital de empresas, em operações activas de crédito a médio e longo prazos, e em outras que a lei expressamente não proíba, podendo ainda prestar os serviços de colocação e administração de capitais e outros análogos, não vedados par lei (CARNEIRO, 2008).

A Banca comercial de Moçambique depara-se com constrangimentos que, pela sua natureza, dificultam o negócio. Aspectos ligados à política monetária, cultura empresarial moçambicana e às condições das infraestruturas disponíveis no país são considerados como os principais constrangimentos no sector bancário (KPMG, 2014).

Cooperativas de crédito são instituições financeiras formadas por uma associação de pessoas, com forma jurídica própria e de natureza civil que, como outras, oferecem serviços e produtos financeiros (SCHIMMELFENIG, 2010).

As cooperativas de crédito têm como objetivo eliminar o intermediário na captação de recursos, nos investimentos e na concessão de empréstimos, fazendo do tomador e do investidor uma só pessoa (PAGNUSSAT, 2004).

De acordo com Schardong (2003), é essencial que as cooperativas de crédito promovam a defesa e a melhoria da situação econômica dos cooperados, obtendo para eles os bens e serviços que necessitam a custos baixos e colocar no mercado, a preços justos, os bens e serviços que produzem.

Ainda na mesma ideia, Schimmelfenig (2010) diz que as cooperativas de crédito buscam a prestação de serviços mais simples, o que acaba se tornando mais vantajoso para o associado, principalmente na área agrícola, pois não exige muitas burocracias e apresenta juros bem menores reactivamente aos exigidos pelos bancos tradicionais.

Bancos de micro-finanças é o conjunto de instituições que além do microcrédito (pequeno montante de dinheiro disponibilizado cujo seu objectivo é apoiar pessoas que não tem acesso ao crédito, mas pretendem desenvolver uma actividade económica por conta própria (Vieira, 2012), oferece serviços financeiros tais como poupanças e seguros destinados a beneficiar o desenvolvimento económico dos pobres (aqueles que têm um baixo nível de vida, significando a privação do modo de vida por causa da insuficiência de recursos para evitar essa tal privação (Lliffe, 1987) e daqueles com baixo rendimento (SENGUPTA E AUBUCHON, 2008).

Este tipo de instituições foi introduzido com o objectivo de permitir que agentes económicos, singulares e pessoas colectivas possam com experiência bancária, mas com poucos recursos, exercer actividade reservada aos bancos comerciais, oferecendo produtos e serviços nos termos e limites fixados por lei (MALEIANE, 2014).

Este tipo de instituições proporciona à pessoas com baixo rendimento o empréstimo necessário para poderem investir no seu desenvolvimento económico e social, pois em situações normais estas pessoas não conseguiriam recorrer ao crédito tradicional, por falta de garantias (SCHIMMELFENIG, 2010).

As instituições de micro-finanças, não são necessariamente benéficas para os clientes finais dado que, em muitos casos, não chegam a alcançar a eficiência desejada no fornecimento de serviços por envolverem custos elevados (Jossefa, 2011).

## 2.1. FINANCIAMENTO BANCÁRIO

Financiamento é uma operação financeira em que a parte financiadora, isto é a instituição financeira, fornece recursos para a outra que esta sendo financiada de modo que esta possa executar algum investimento específico previamente (SILVA, 2005, citada por Alcides, 2017).

As formas comuns de financiamento bancário são o Leasing e empréstimos bancários (PINHAL, 2010).

Tabela 2: Composição do sistema bancário

Tipos de Instituições	2018
<b>Instituições de Crédito</b>	
Bancos	19
Instituições de moeda Electrónica	3
Bancos de Micro-Finanças	9
Cooperativas de Crédito	8
Sociedades de Locação Financeira	1
Sociedades de Investimento	1
<b>Sociedades Financeiras</b>	
Casas de Câmbio	24
Sociedades Financeiras de Corretagem	12
Sociedades Gestoras de Capital de Risco	1
Sociedades Administradoras de Compras em Grupo	1
Sociedades Emitentes de Cartões de Crédito	1
<b>Operadores de Micro-finanças</b>	
Organizações de Poupança e Empréstimo	4
Operadores de Microcrédito	426
<b>Escritórios de Instituições</b>	
Escritórios de Representação de Instituições de Crédito com Sede no Estrangeiro	3

Fonte: Banco de Moçambique (2018).

### 2.1.1. Financiamento por leasing (locação)

Em locações podemos encontrar dois tipos que são, as operacionais e as financeiras. Uma locação financeira é entendida como sendo um contrato no qual o direito de uso de um activo específico (o activo subjacente) é transmitido, durante um determinado período de tempo, em troca de uma retribuição (PINHAL, 2010).

Através desta forma de financiamento, empresas celebram contratos com as instituições bancárias onde ganham direito de usarem alguns bens tangíveis do banco por um determinado período do tempo previamente acordado e, após findar o tempo do contrato ambas partes podem decidir se celebram o contrato de compra e venda do activo pelo valor residual ou não (Pinhal, 2010).

Uma locação operacional é aquela cujo contrato é de curta duração e o locador cede a um terceiro a utilização temporária de um bem tangível, mediante o pagamento de uma renda ou aluguer, não se prevendo no final do contrato a transferência da propriedade jurídica para o locatário. A responsabilidade de prestação de serviços de conservação e manutenção do bem é da responsabilidade do locador (Banco), de modo a não transmitir nenhum risco ao locatário (cliente) (PINHAL, 2010).

### 2.1.2. Empréstimo bancário

O financiamento através do empréstimo bancário é definida como sendo a operação pela qual o banco entrega certa quantia em dinheiro ao cliente, que, por sua vez, assume a obrigação de restituí-la, no prazo ajustado, no mesmo género, quantidade e qualidade, acrescida de juros e comissões, conforme previamente acordado (KOHLENER, 2012).

## 2.2. ACESSO AOS SERVIÇOS FINANCEIROS FORMAIS

Existe uma diferença entre o acesso e o uso dos serviços financeiros na perspectiva das curvas da procura e oferta, sendo que o acesso refere-se à oferta, enquanto o uso é a intercessão das curvas da oferta e procura. Nesta perspectiva, o equilíbrio depende da relação entre os custos incorridos pelas instituições e o rendimento dos agentes. Se o custo for elevado, é evidente que os agentes não vão usar os serviços financeiros. Assim, um agente pode não exercer o direito de uso dos SFF's porque, por um lado, tais serviços são incompatíveis com a sua situação financeira e por outro lado por não ter acesso aos mesmos (CLAESSENS, 2006).

O SISFIN moçambicano é concentrado e caracterizado pela existência de assimetrias na distribuição das instituições financeiras, agravado pelo facto de a maior parte das mesmas estar virada para o segmento da população de renda média e alta que se encontra localizada na cidade e província de Maputo (JOSSEFA, 2011).

Alguns dos argumentos invocados pelas instituições financeiras para a fraca presença nos distritos centravam-se na ausência de infraestruturas, como telefones, eletricidade, internet, para além de elevados custos operacionais, justificados pela reduzida economia rural (Banco de Moçambique, 2016).

## 2.3. PILARES DE ACESSO AO FINANCIAMENTO

O financiamento é essencial para as empresas poderem expandir qualquer parte de sua atividade, porém as organizações geralmente não têm capacidade para fazer isso apenas com os recursos que geram, assim, são necessárias fontes de financiamento a um custo razoável, as quais exigem alguns requisitos para dar financiamento (TAVARES et al, 2015). O banco ao conceder empréstimo precisa ter segurança que os fundos desembolsados serão devidamente utilizados e reembolsados no prazo acordado (Belchior, 2015). São necessários os seguintes requisitos para tal:

### Pilar I – idoneidade empresarial/carácter

Na apreciação de uma proposta, as primeiras atenções incidem sobre a pessoa do cliente, nomeadamente: seu cadastro, sua idoneidade, sua capacidade organizativa e de gestão, os seus recursos em capital próprio e a natureza de sua actividade (Banco de Moçambique, 2016).

Maleiane (2014), comunga da mesma ideia e acrescenta ainda que a idade da empresa é um indicador importante, sendo que para as empresas novas a pontuação será relativamente menor.

Portanto, o bom nome e a idade da pessoa do cliente/empresa que vai fazer o pedido de financiamento são factores importantes para o banco decidir se vai ou não conceder o financiamento.



## Pilar II – contabilidade organizada

As demonstrações financeiras (DF's), neste caso o balanço, demonstração de resultados, mapa de cash flow, analisados pelos bancos têm a vantagem de permitir aferir a situação económica financeira das empresas (passado e presente), de modo a prever cenários de evolução de riscos associados. A fiabilidade das demonstrações financeiras constitui um elemento imprescindível na análise de risco de crédito às empresas (ALCIDES, 2017).

## Pilar III – capacidade creditícia/ endividamento

É com base neste indicador que os bancos avaliam a volatilidade dos lucros do negócio do cliente e o seu desvio padrão em relação à média das empresas do mesmo sector com o objectivo de identificar o possível grau de dificuldade de honrar os seus compromissos no futuro (Maleiane, 2014).

A capacidade de endividamento da empresa é calculada com base na informação contabilística da empresa (fluxo de Caixa), por isso é imprescindível que as empresas apresentem uma contabilidade organizada (BM, 2016).

Tabela 3: Evolução das instituições bancárias nas províncias

Província	2007	2008	2009
Cidade de Maputo	20	23	12
Província de Maputo	8	9	2
Gaza	1	3	4
Inhambane	3	5	8
Total da Zona Sul	32	40	26
Sofala	3	6	5
Manica	2	2	5
Tete	3	6	3
Zambézia	0	4	3
Total da Zona Centro	8	18	16
Nampula	5	10	10
Niassa	0	2	4
Cabo Delgado	1	0	2
Total da Zona Norte	6	12	16
Total do País	46	70	58

Fonte: Banco Moçambique (2016)

## 2.4. ASPECTOS GERAIS SOBRE AS PME'S

Pode se alistar diversas definições de Pequenas e Médias empresas de país para país, tendo como base a legislação em vigor (LEOPOULOS, 2006).

Em Moçambique, o estatuto geral das PME's define-as de acordo com dois critérios fundamentais que são, o número de trabalhadores e volume de negócios anual, sendo que o volume de negócios é o factor prevalecente na classificação. A distinção é feita da seguinte forma:

a) Pequena empresa: é aquela que tem um número de trabalhadores compreendido entre 5 a 49 e volume de negócios entre 1.2 a 14.7 milhões de meticais;

b) Média empresa: é aquela que tem um número de trabalhadores compreendido entre 50 a 100 e um volume de negócios superior a 14.7 e não superior a 29.97 milhões de meticais;

Uma PME não pode ter mais de 25% de participações detidas por uma grande empresa ou pelo estado. As PME's constituem uma alavanca muito forte para a economia Moçambicana, visto que 98.7% do mercado é constituído por empresas deste tipo e que o seu sucesso pode contribuir significativamente para a redução do desemprego e da pobreza (Building Markets, 2016). Estas também assumem um papel extremamente importante na redistribuição do rendimento, sendo que se encontram dispersas por todo o país, até mesmo em zonas rurais, oferecendo desta forma oportunidades de trabalho por todo o país, reduzindo as discrepâncias de rendimento entre as zonas rurais e urbanas.

Tabela 4: Distribuição de PME's em Moçambique

Província	Total de Unidades		Pessoal em serviço		Volume de Negócio		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	
Niassa	1,263		0.03	4,731	0.02	6,130,228	0.03
Cabo Delegado	1,819		0.04	7,969	0.04	3,368,604	0.02
Nampula	2,539		0.06	15,754	0.08	6,897,766	0.03
Zambézia	3,323		0.08	13,085	0.06	12,699,968	0.06
Tete	1,697		0.04	11,027	0.05	5,817,666	0.03
Manica	1,476		0.04	7,600	0.04	4,973,360	0.03
Sofala	4,696		0.11	22,021	0.11	30,804,004	0.16
Inhambane	2,226		0.05	10,855	0.05	5,400,067	0.03
Gaza	3,209		0.08	11,203	0.05	14,353,572	0.07
Maputo	5,153		0.12	27,084	0.13	28,966,948	0.15
Maputo Cidade	14,270		0.34	76,985	0.37	78,317,296	0.40
<b>Total</b>	<b>41,671</b>		<b>1</b>	<b>208,314</b>	<b>1</b>	<b>197,729,479</b>	<b>1</b>

Fonte: adaptado pelos autores (2021) com base em INE (2017)

Segundo o INE (2017), existiam 41,671 PME's distribuídas por todo o país cujas mesmas empregam 208,314 pessoas.



#### 2.4.1. Barreiras enfrentadas pelas pequenas e médias empresas

Embora o desenvolvimento das PME's seja favorável para a economia do país em geral, existem algumas barreiras que dificultam a criação e o crescimento sustentável das PME's.

Segundo Sebrae (2003), factores como o empreendedorismo, desconhecimento de técnicas de administração e falta de recursos financeiros são alguns dos motivos que levam as PME's a apresentarem as maiores taxas de mortalidade.

Para o Conselho de Ministros (2007), o ambiente de negócios é uma forte influência para o sucesso das PME's, sendo que em Moçambique os factores como regulamentos existentes, ambiente financeiro, mercado de trabalho, tributação, acesso aos mercados, ligações entre as PME's e empreendedorismo conduzem ao insucesso das PME's.

Contudo, pode se notar que as fontes supracitadas apresentam diferentes pontos de vista sobre os factores que influenciam para o insucesso das PME'S, mas, no entanto há unanimidade em referir que os recursos financeiros exercem uma influência muito forte no que tange a sobrevivência das PME's.

#### 2.4.2. Factores que constroem o acesso aos sistemas financeiros formais

O acesso aos serviços bancários tem sido apontado como um dos factores que impede um crescimento maior das empresas no país, principalmente das PME's (Ministério da Economia e Finanças, 2016).

Estas sentem mais esse entrave devido a sua alta dependência por financiamentos bancários, visto que são as que mais procuram este tipo de serviços, pois geralmente não têm acesso à outro tipo de financiamento externo além do bancário (LUZIO, 2015).

Em USAID (2014) encontramos como factores que levam aos empresários não optarem tanto em empréstimos bancários, por estes caracterizarem-se em elevados custos de capital, fraca bancarização, exigências de garantias ou colaterais e fraca literacia financeira. As taxas de juros quando são altas fazem com que os custos dos empréstimos sejam também elevados, fazendo com que o cliente pague valores tão altos pelo empréstimo.

### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

Esta seção visa explicar os métodos concretos que foram usados para a realização desta pesquisa, portanto é neste ponto onde se definiu onde e como foi realizada a pesquisa, isto é, o tipo de pesquisa, a população alvo, as formas de colecta de informação e a forma que se usou para a tabulação e análise de dados. Quanto a natureza, esta pesquisa é mista pois apresenta simultaneamente uma abordagem qualitativa e quantitativa.

A pesquisa quantitativa traduz em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las (FONSECA, 2002, CITADO POR GERHARDT E SILVEIRA, 2009). Assim sendo, observou-se o uso desta forma na tabulação e criação de gráficos dos dados coletados no campo de modo a facilitar a sua análise e interpretação.

Pesquisa qualitativa pode não empregar procedimentos estatísticos como centro no processo de análise de um problema. Neste caso, as questões são estudadas no ambiente em que elas se apresentam sem qualquer manipulação intencional do pesquisador (Soares, 2003). Esta forma

foi aplicada para os dados obtidos nas instituições envolvidas que não precisaram de nenhum tratamento estatístico. Esta pesquisa quanto ao objectivo é descritiva, pois visa descrever características de determinada população ou fenómeno, ou estabelecimento de relações entre variáveis (VILELAS, 2009). Neste caso, esta visa estabelecer uma relação entre o acesso ao financiamento formal e o surgimento e crescimento das pequenas e médias empresas (PME's) na cidade de Chibuto.

Do ponto de vista de procedimentos técnicos esta pesquisa usou dois métodos que são, a pesquisa bibliográfica e o estudo de caso. A pesquisa bibliográfica é toda aquela que é elaborada a partir de material já publicado, constituído principalmente de livros, artigos de periódicos e, atualmente, material disponibilizado na internet (Gil, 2008). Enquanto que o estudo de caso restringe-se ao estudo de um objeto que pode ser um indivíduo, família, grupo e, além deste exigir do pesquisador um grande equilíbrio intelectual e capacidade de observação, parcimônia quanto à generalização dos resultados, pode permitir descobertas novas de aspectos que não foram previstos inicialmente (CORRÊA, 2013).

População é o conjunto de elementos que formam o universo de nosso estudo e que queremos abranger no nosso estudo. São os elementos para os quais desejamos que as conclusões oriundas da pesquisa sejam válidas (MARTINS, 2000). A população alvo desta pesquisa é composta por 71 PME's activas e inscritas na autoridade tributária (AT) de Chibuto até o fim do exercício económico de 2017, tendo sido retiradas 15 PME's que apenas estão registadas mas já não se encontram a operar. Amostra é uma porção ou parcela, convenientemente seleccionada da população. É obtida ou determinada por uma técnica específica de amostragem utilizando-se conhecimentos e fórmulas de estatística (LAKATOS, MARCONI, 1995).

Para efeitos desta pesquisa a amostra foi constituída por 61 PME's. Esta amostra foi obtida tendo como base o universo populacional que se pretendia estudar, assumindo um nível de confiança igual a 95% e uma margem de erro igual a 5%. Para esta pesquisa usou-se a amostragem não probabilística. Este método que é muitas vezes empregue em trabalhos estatísticos, por simplicidade ou por impossibilidade de se obter amostras probabilísticas como seria desejável (FERREIRA, 2010). Nesta pesquisa, este método foi usado devido a inacessibilidade dos respondentes, pelo que só colheu-se informação das 47 pequenas e médias empresas (PME's) que se disponibilizaram a responder ao inquérito.

A informação utilizada nesta pesquisa foi colectada através de instrumentos como questionários e entrevistas. Estes instrumentos se mostram práticos e apropriados tendo em conta a natureza da pesquisa que se pretende desenvolver (CORRÊA, 2013 E DENCKER, 1998).

Para análise e interpretação de dados recolhidos, foi usado o Microsoft Office Excel para a tabulação e criação de tabelas e gráficos, e posteriormente usou-se o Microsoft Office Word para a compilação.

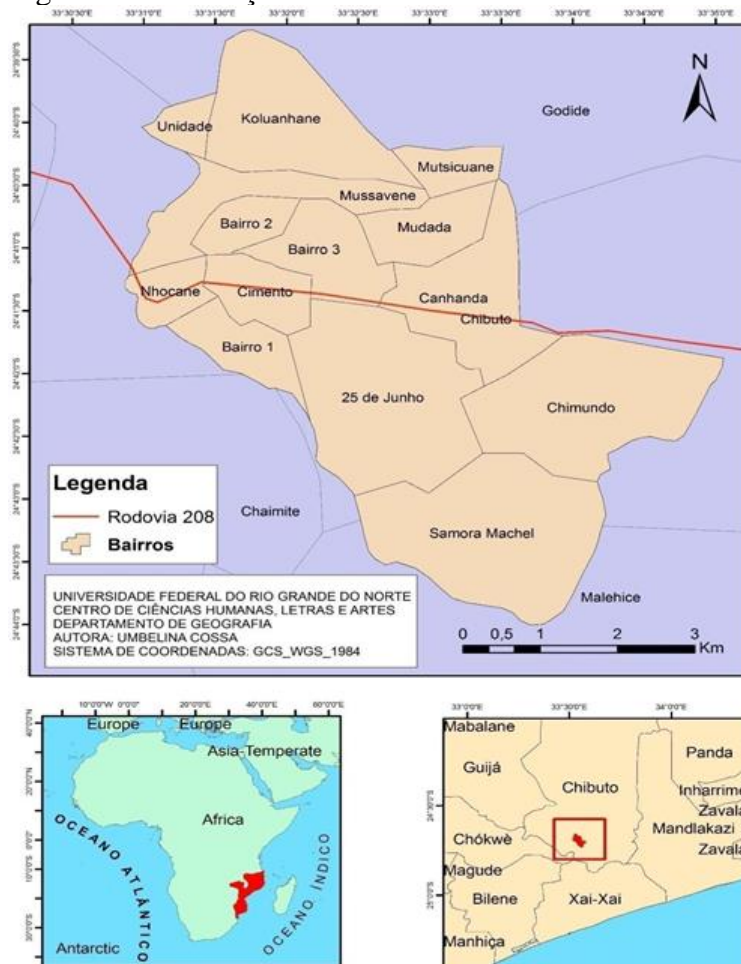
### 3.1. Área de Estudo

O local seleccionado para o estudo das pequenas e médias empresas foi a cidade de Chibuto que é sede do distrito do mesmo nome e é um município com governo local eleito, situada na região central da província de Gaza, no sul de Moçambique, no continente Africano muito próximo à

confluência dos rios Limpopo e Changane, ao norte faz limite com a cidade de Xai-Xai e possui uma área de aproximadamente 117 km<sup>2</sup> (COSSA, 2016). A cidade encontra-se organizada em 14 bairros nomeadamente: bairro de Cimento, bairro 1, bairro 2, bairro 3, Samora Machel, 25 de Junho, Nhocane, Mussavene, Mudada, Canhanda, Unidade, Mutsicuane, Kholuanhane e Chimundo (COSSA, 2016).

Segundo Instituto Nacional de Estatística (2010), com base nos dados do III recenseamento geral da população e habitação de 2007, a cidade possuía uma população total de 57751 habitantes distribuídas em 8250 agregados familiares. Para o ano de 2012, a população foi estimada em cerca de 61910 habitantes (projeções baseadas no Censo de 2007 e numa taxa de crescimento natural de 1,4% adaptada pelo PDUT- Plano Distrital de Uso de Terra).

Figura 1: Localização da cidade de Chibuto



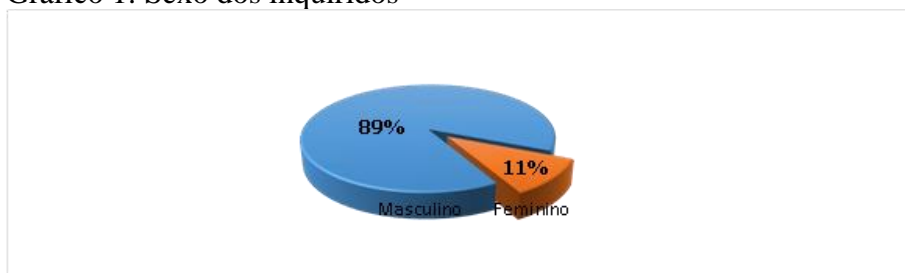
Fonte : Cossa (2016)

#### 4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A apresentação dos resultados obtidos no campo foi efectuada através da análise e agregação da informação recolhida a partir dos inquéritos e das entrevistas, tendo como objectivo o de chegar a conclusão sobre o impacto do acesso aos sistemas formais financeiros (SFF's) no

surgimento e crescimento das PME's na cidade de Chibuto, relacionando cada ponto com a base teórica que serviu de suporte no projecto. Em relação ao perfil dos inquiridos, desde o seu sexo, faixa etária, nível académico e o seu cargo dentro das empresas, os dados revelaram que as pessoas do sexo feminino (mulheres) ainda representam a menor parte da força de trabalho empregada a nível de Moçambique no geral e no distrito de Chibuto em particular (gráfico 1). Aliado a este factor está a problemática da questão de oportunidade de emprego no género que ainda se vive no país. Do total dos inquiridos, cerca de 89% são do sexo masculino e só 11% são do sexo feminino, portanto é também notável o problema de existência de poucas mulheres no mercado do emprego na cidade de Chibuto devido a factores ligados a cultura local.

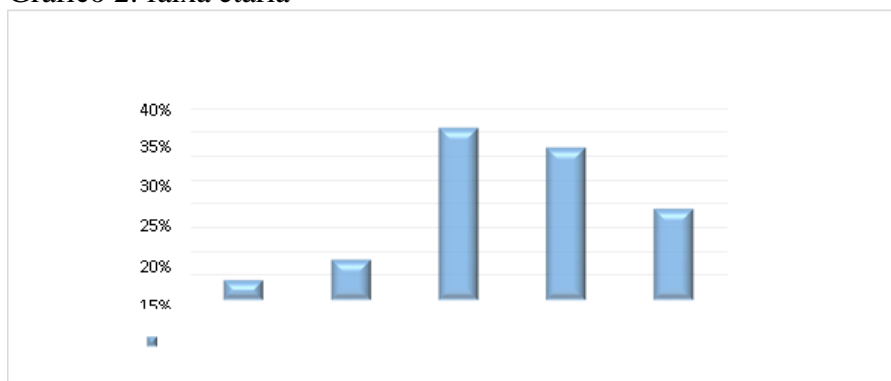
Gráfico 1: Sexo dos inquiridos



Fonte: Elaborado pelos autores (2021) com base no inquérito.

Cerca de 36% dos inquiridos encontram-se na faixa etária dos 30 anos enquanto que 32% correspondem a faixa etária dos 34 a 39 anos respectivamente. Apenas 4% das empresas inquiridas são dirigidas por pessoas pertencentes a faixa etária dos 18 aos 24 anos (gráfico 2). Desta forma pode se estabelecer uma relação direta entre a faixa etária e a experiência profissional dos funcionários das PME's de Chibuto, podendo se afirmar que os mesmos têm experiência do seu trabalho.

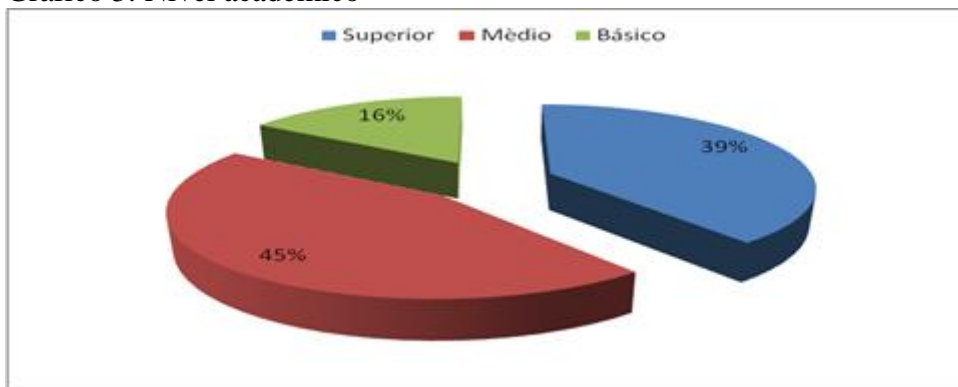
Gráfico 2: faixa etária



Fonte: Elaborado pelos autores (2021) com base no inquérito.

Do inquérito feito, apenas 39% dos respondentes tinham ensino superior, 45% tinha nível médio e 16% tinham o nível básico, ressaltando assim a necessidade de apostar em pessoal mais qualificado em termos académicos como indica o gráfico 3.

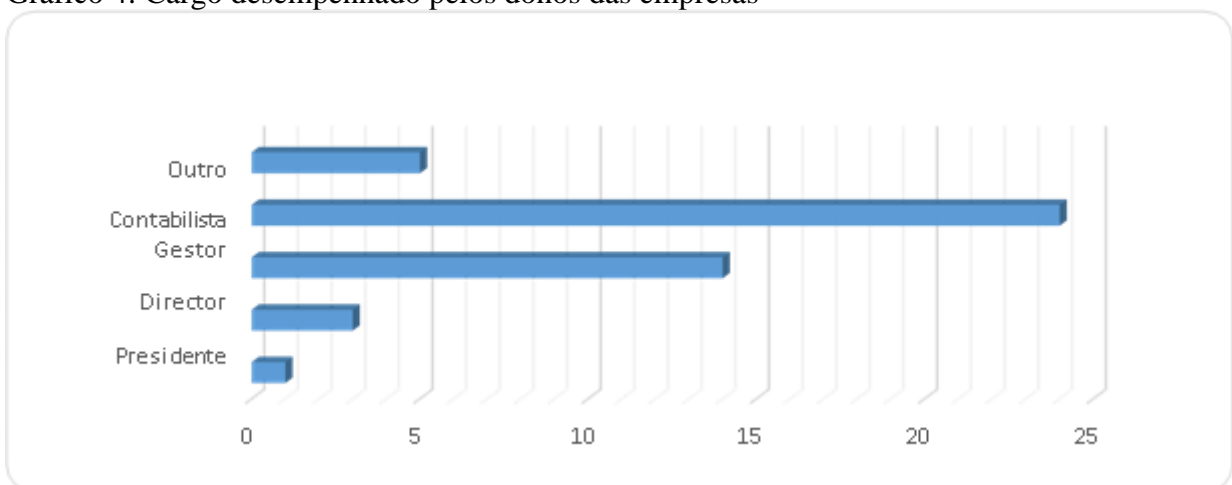
Gráfico 3: Nível académico



Fonte: Elaborado pelos autores (2021) com base no inquérito.

Considerando o número dos empresários inquiridos, importa referir que parte significativa deles participa directamente nas actividades de suas empresas. Dos 47 empresários inquiridos, a maior parte deles, isto é, cerca de 24 empresários opera na área da contabilidade devido a sensibilidade da mesma, pois é o coração do negócio. Poucos empresários assumem posições de escalão mais estratégico, sendo que quanto aos cargos de presidente e director dessas empresas, apenas 4 empresários ocupam respectivamente essas posições (gráfico 4).

Gráfico 4: Cargo desempenhado pelos donos das empresas



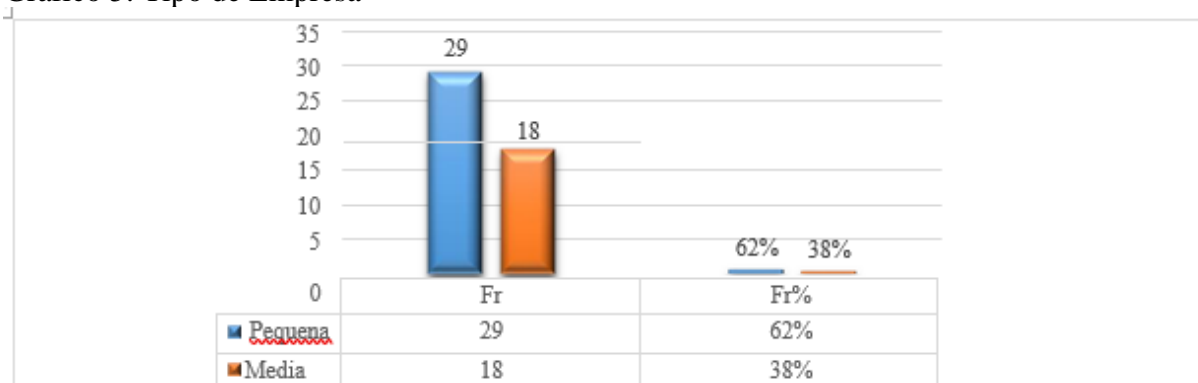
Fonte: Elaborado pelos autores (2021) com base no inquérito.

A cidade de Chibuto é caracterizada por ser uma cidade pequena em que a maioria das actividades económicas estão centradas num pequeno perímetro (centro da cidade). Em 2016 haviam 83 PME's e em 2017 haviam 86 PME's que contribuíram para economia do distrito com cerca de 49% e 63% respectivamente. No mesmo período enceraram actividades 9 PME's em 2016 e 12 PME's em 2017. Das razões citadas para a falência de tais empresas, estão a falência financeira e mudança de local de tais empresas.

A estrutura de serviços financeiros também é muito fraca nesta cidade, visto que em 2016 contava oficialmente com 3 bancos comerciais e não havia nenhum outro serviço financeiro

alternativo. Em 2017, a cidade operou apenas com 2 bancos comerciais e com apenas um micro-banco. Tendo como base o número dos respondentes ao inquérito, verificou-se que a maior parte das empresas são de pequeno porte, correspondendo a 62% e o restante 38% são de médio porte como indicado no gráfico 5.

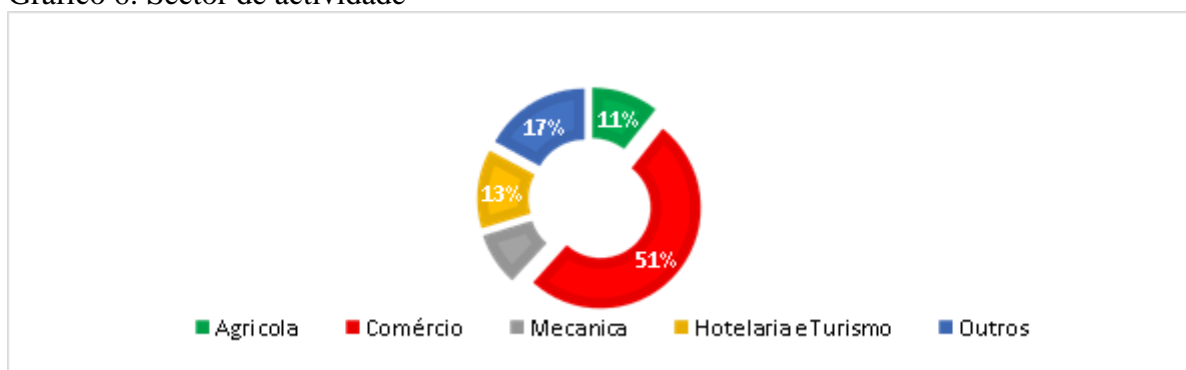
Gráfico 5: Tipo de Empresa



Fonte: Elaborado pelos autores (2021), com base no inquérito.

Na cidade de Chibuto verificou-se que das actividades exercidas pelas PME's, o comércio é que mais se destaca, sendo exercido por cerca de 55% das PME's. Inversamente, a indústria mecânica (reparação de automóveis e motos) mostra-se menos concorrido, visto que só 11% das PME's estão a operar neste sector. Segundo informações avançadas pelo banco comercial Millennium BIM Chibuto, as PME's da área de comércio é que têm se destacado no pedido de financiamento. O gestor do banco comercial BCI de Chibuto também avança a mesma informação, afirmando que das PMEs que procuram os serviços da instituição, poucas é que possuem de facto critérios para recepção de tal financiamento, sendo as que exercem actividades no setor de comércio as que mais se destacam.

Gráfico 6: Sector de actividade



Fonte: Elaborado pelos autores (2021), com base no inquérito

Analisando a tabela abaixo, pode se verificar que as pequenas empresas correspondem a maior parte da tipologia de empresas existentes nesta cidade. Em termos quantitativos, do total das PME's da cidade, cerca de 62% corresponde à pequenas empresas e 38% enquadram-se no perfil das médias empresas. Dentro das pequenas empresas, o sector agrícola, do comércio, da



mecânica, hotelaria e turismo e outros sectores não especificados ocupam respectivamente cerca de 10%, 52%, 14%, 7% e 17% de quotas no mercado. Num contexto geral, fazendo uma análise cruzada, nota-se que do total das empresas inqueridas 11% das mesmas exercem a actividade agrícola. Analisando o tamanho das mesmas é necessário referir que as de pequeno e médio porte tem o peso de 6 e 4% respectivamente. Para a área do comércio que é composta por 24 empresas, (cerca de 51% do total do conjunto das PME's), 32% são de pequeno porte e 19% de porte médio.

No sector mecânico, que é composto por 4 empresas (correspondendo a 9% do total das PME's), as empresas de pequeno porte tem o peso de 9% e as de médio porte não tem nenhum peso. No sector de hotelaria e turismo temos 6 empresas (correspondentes a cerca de 13% do total das PME's). As pequenas e médias empresas tem um peso de 4% e 9% respectivamente. Para os outros sectores não especificados compostos por 8 empresas (correspondentes a 17% do total das PME's) as pequenas e médias empresas tem um peso de 11% e 6% respectivamente. Assim, pode se notar que a nível de todas empresas, as de pequeno porte que actuam na área do comércio, são as que tem maior destaque com um peso de 32% enquanto as de menor peso são as do ramo da hotelaria e turismo. Para as médias empresas destaca-se também o ramo comercial com 19% de peso e o sector mecânico sem nenhum peso devido a pouca evolução deste sector no mercado em causa.

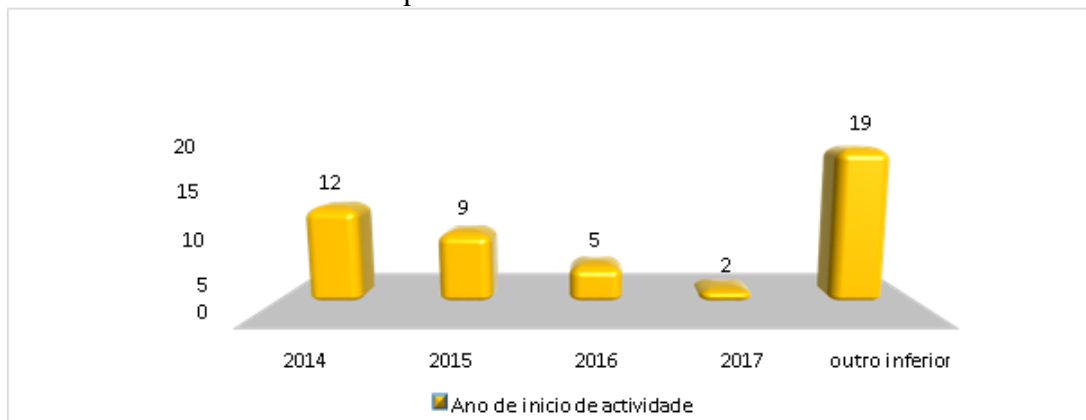
Com o despoletar da descoberta das dívidas ocultas em Moçambique (assim designadas por serem dívidas contraídas pelo governo de Moçambique a credores financeiros formais estrangeiros a revelia da assembleia da república de Moçambique e outros órgãos de soberania do país) em Abril de 2016, a economia do país ficou seriamente afectada. Esta crise abalou significativamente o sector empresarial, sobretudo as PME's, visto que estas são as que mais dependem de financiamento e o mesmo tornou-se caro devido a subida das taxas de juro, que por sua vez causou um efeito inverso em algumas variáveis económicas tais como, no investimento e no consumo) (MOSCA & AIUBA, 2017).

Com base no inquérito, nota-se que até antes de 2016 havia um número significativo de PME's na cidade de Chibuto que iniciava seus negócios. Este cenário, inverteu-se a partir dos anos 2016 até 2017, pois começou a haver um decréscimo significativo de PME's que iniciaram seus negócios, sendo que em 2016 e 2017 abriram oficialmente apenas 7 PME's (gráfico 7).

Existem duas estruturas de capital para o início do negócio que são o capital próprio e o capital alheio. Assim sendo, as empresas optam pelo meio que lhes convém mediante o que elas acharem conveniente. Na cidade de Chibuto em específico, para o início de suas actividades 72% das empresas usaram o capital próprio e 28% usaram capital alheio.

No período em análise a maioria dos investidores viram o ritmo de crescimento de seus negócios decrescer, isto porque com o aumento das taxas de juro o investimento e o consumo foram negativamente afectados e como a maioria dos créditos concedidos no nosso país destinase ao consumo, o poder aquisitivo da população em geral reduziu. Este facto fez com que a maioria dos negócios regista-se um crescimento muito lento, sendo que de 2016 até 2017, a maioria das PME's em Chibuto só cresceram (em termos de volume de negócios) de 6% a 10%.

Gráfico 7: Numero de PME's que iniciaram actividades



Fonte: Elaborado pelos autores (2021), com base no inquérito

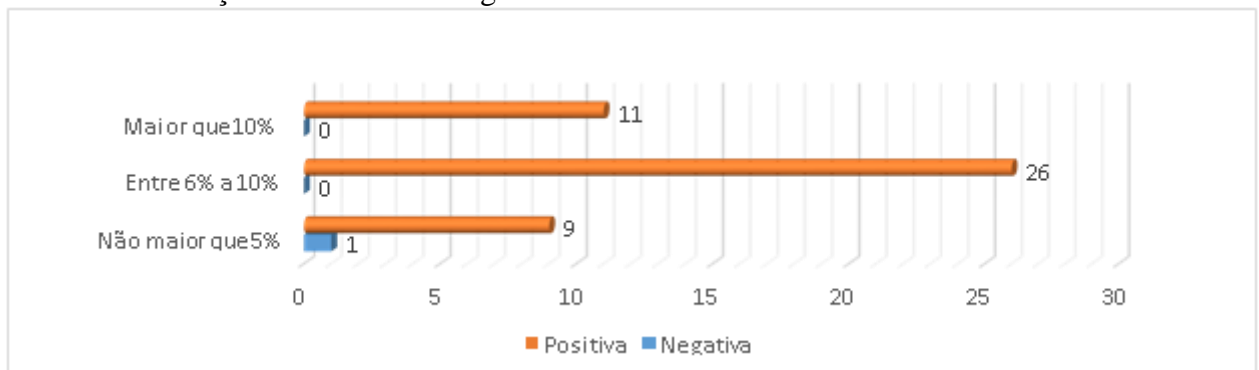
Gráfico 8: Fonte de capital inicial



Fonte: Elaborado pelos autores (2021), com base no inquérito

Para ter o acesso a algum objeto seja tangível ou intangível é crucial saber da sua existência e das condições para ter tal acesso. Com base no resultado do inquérito nota-se ainda uma pequena adversidade de informação por parte das PME's visto que só cerca de 72% das mesmas conhecem os serviços que as instituições financeiras (IFs) oferecem. As restantes 28% das PME's por motivo algum, não conhecem os serviços prestados pelas IF's. Apesar de algumas PME's terem o conhecimento dos serviços oferecidos pelas IF's de Chibuto, poucas recorrem ao financiamento. Do total das PME's inqueridas apenas 40% das mesmas é que já recorreram ao financiamento e a maioria que corresponde a 60% afirma nunca ter recorrido ao financiamento (gráfico 10).

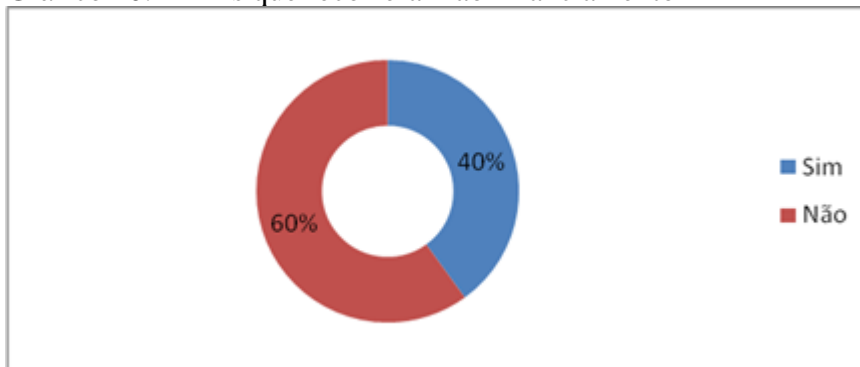
Gráfico 9: Variação do volume de negócio



Fonte: Elaborado pelos autores (2021), com base no inquérito

De 2014 a 2015 houve uma tendência positiva relativamente à demanda pelo financiamento, sendo que para estes anos cerca de 10 PME's acederam ao mesmo. Esta evolução atingiu o seu pico em 2015, por sinal, ano em que a economia de Moçambique também atingiu o seu pico de crescimento, tendo se registado um crescimento do PIB em 6,6% comparado com o ano anterior. Este cenário inverteu-se drasticamente desde o ano de 2016 para cá, tornando-se evidente o decréscimo da demanda pelo financiamento, sendo que em 2016 pediram financiamento apenas 3 PME's e em 2017 apenas uma (1) PME, deixando claro a tendência de decréscimo de pedidos de financiamento. Com base na informação colhida junto dos bancos comerciais BCI e Millenium BIM de Chibuto, existe um pequeno leque de serviços oferecidos por ambos para os seus clientes, sejam estes singulares ou coletivos.

Gráfico 10: PME's que recorreram ao financiamento



Fonte: Elaborado pelos autores (2021), com base no inquérito

Em relação aos requisitos para a obtenção de financiamento que constituem as condições que os bancos impõem de modo a minimizar o risco de créditos e empréstimos mal parados, em geral, o que os bancos têm exigido como requisitos para a obtenção de financiamento resume-se nos três pilares seguintes:

Pilar I – idoneidade empresarial/caracter

Este requisito mostra-se como um dos entraves para as PME's que vão à busca de financiamento pela primeira vez, devido à falta de informação relacionada com a pessoa do cliente por parte

das instituições bancárias. Essa falta de informação cria uma elevação do risco percebido pelos bancos, culminando muitas das vezes com a reprovação do pedido de financiamento com base neste pilar, sobre tudo quando se trata de investimentos novos cujo fator idade também é determinante.

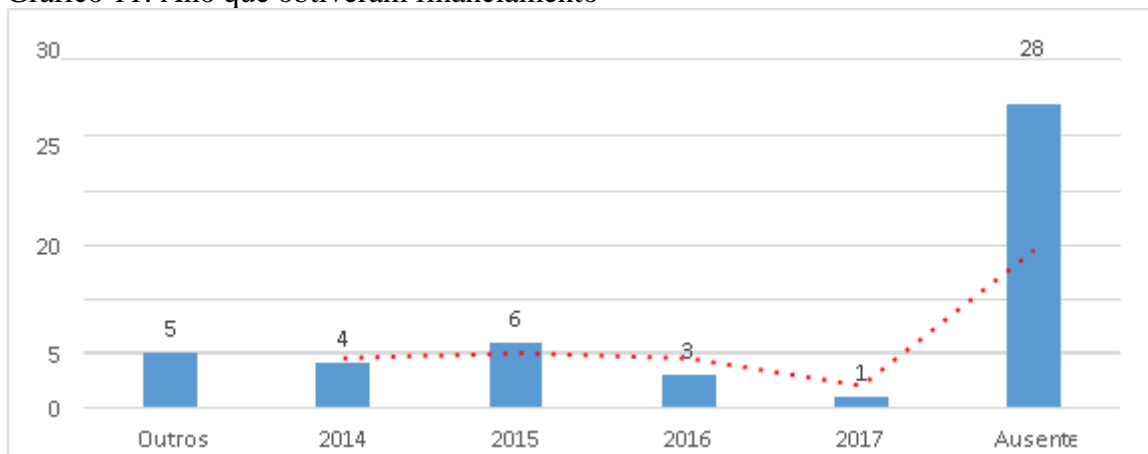
#### Pilar II – contabilidade organizada

As direções financeiras neste caso pedem o balanço, a demonstração de resultados, o mapa de cash flow as empresas para serem analisados pelos bancos. Estes procedimentos têm a vantagem de permitir aferir a situação económica financeira das empresas (passado e presente), de modo a prever cenários de evolução de riscos associados. A fiabilidade das demonstrações financeiras constitui um elemento imprescindível na análise de risco de crédito às empresas e quando estes documentos não estão disponíveis ou apresentam informação turva, os bancos percebem como um factor que eleva o risco de não cumprimento das obrigações contratuais e reprovam o pedido de financiamento.

#### Pilar III – capacidade creditícia/endividamento

Quando as empresas vão fazer um pedido de financiamento, na maioria das vezes têm sido difícil para os bancos aprovarem tais pedidos devido a falta de confiança. A apresentação de dados contabilísticos não fiáveis dificulta os bancos a analisar a volatilidade dos lucros do negócio do cliente e o seu desvio padrão em relação à média das empresas do mesmo sector, tornando quase impossível identificar o possível grau de dificuldade de honrar os seus compromissos no futuro.

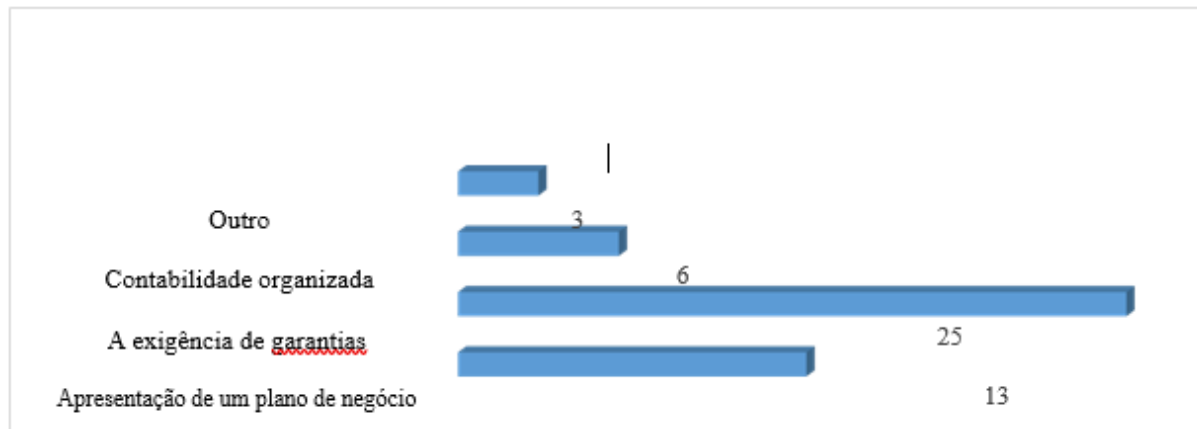
Gráfico 11: Ano que obtiveram financiamento



Fonte: Elaborado pelos autores (2021), com base no inquérito

Assim, conclui-se que há dificuldades em reunir condições necessárias para a obtenção de financiamento junto da banca tradicional por parte das PME's. Do total das PME's inquiridas, 25 delas afirmam que a exigência de garantias tem sido a grande dificuldade para elas. O plano de negócios, é a segunda maior dificuldade (tendo sido apontada como tal por 13 empresas), seguido da contabilidade organizada (indicada por 6 empresas como dificuldade) e as restantes 3 empresas indicam outras dificuldades não especificadas.

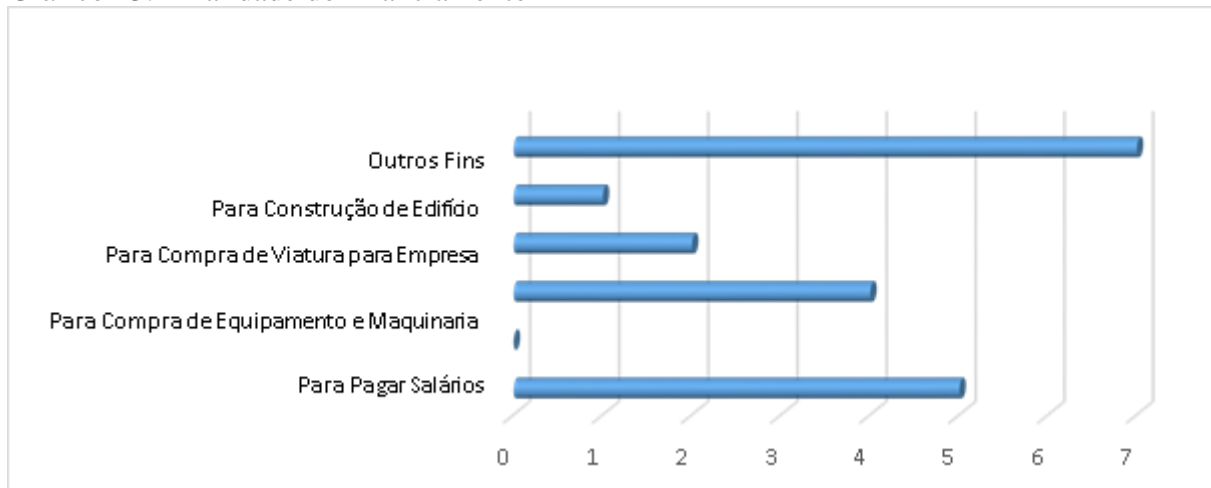
Gráfico 12: Requisitos que restringem o acesso ao financiamento



Fonte: Elaborado pelos autores (2021), com base no inquérito

Das 47 empresas inqueridas, apenas 19 revelaram que obtiveram algum tipo de financiamento, e com base na informação por estes facultada, pode-se concluir que a maioria dos pedidos feitos são para fazer face à despesas com fornecedores, compra de equipamentos e construção ou apetrechamento de edifícios. Ainda sobre o tipo de financiamento, o mais solicitado foi o do banco comercial BCI. O financiamento do banco comercial Milenium BIM tem recebido mais fluência de pedidos de financiamento para apoio ao investimento e para apoio a tesouraria.

Gráfico 13: Finalidade do financiamento

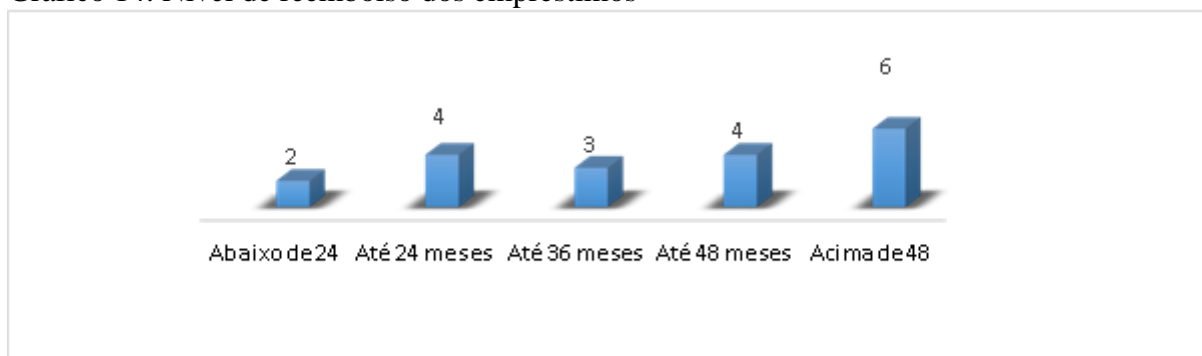


Fonte: Elaborado pelos autores (2021), com base no inquérito

O período de reembolso do financiamento refere-se ao tempo transcorrido para liquidação de todas prestações referentes a um determinado empréstimo (VENDITE, 2010).

A maioria dos financiamentos concedidos foram de médio e longo prazo, tendo em conta que as 19 PME's que tiveram algum tipo de financiamento em termos de tempo, cerca de 19 empresas tiveram que reembolsar o financiamento concedido num período abaixo de 48 meses.

Gráfico 14: Nível de reembolso dos empréstimos

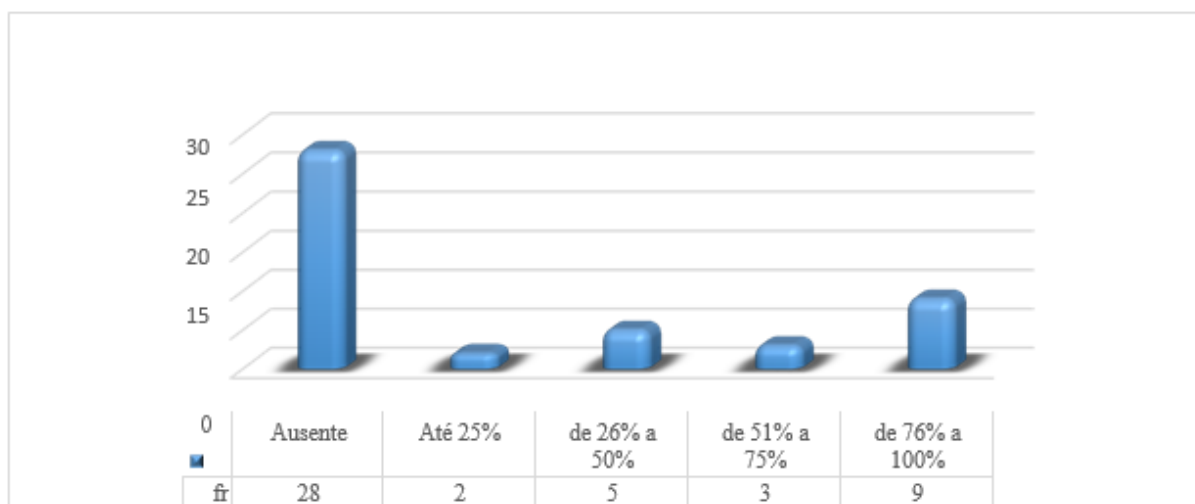


Fonte: Elaborado pelos autores (2021) com base no inquérito.

Apesar das dificuldades que as empresas têm na sua relação com a banca, considera-se que estas na sua maioria conseguem reembolsar na totalidade o financiamento concedido.

Tomando como base as empresas inqueridas, 9 delas afirmam que mediante as condições acordadas conseguiram reembolsar na totalidade o financiamento obtido e apenas duas (2) é que pagaram ainda pouco menos de 25% de suas dívidas com a banca. Com estes dados pode-se aferir que das empresas que conseguem reunir condições de ter um financiamento no meio a várias adversidades conseguem, fazer face aos seus deveres com os Bancos.

Gráfico 15: Nível de reembolso



Fonte: Elaborado pelos autores (2021), com base no inquérito

O mercado de Chibuto tem uma característica que por si só não é muito favorável para o desenvolvimento de negócios. Segundo os inquiridos este mercado é caracterizado por ter poucas opções em termos de instituições que oferecem serviços financeiros e nos poucos existentes é difícil ter acesso a tal financiamento devido a fatores de vária ordem. Cerca de 91% das PME's inquiridas considera que as taxas de juro aplicadas pelas IF's no acto de financiamento são altas. Apenas 9% considera essas taxas razoáveis justificando que os bancos também devem ter algum rendimento na prática de seu negócio. Nenhuma PME considerou

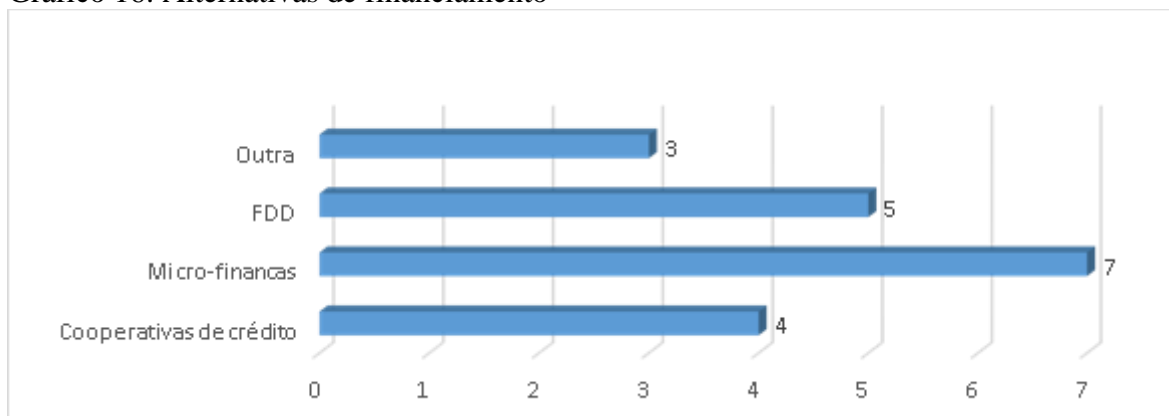


essas taxas de juro baixas. Do total das 34 PME's que têm conhecimento dos SFF's oferecidos na cidade de Chibuto, as dificuldades que têm sido um percalço para elas quando vão pedir um financiamento são as taxas de juro que são consideradas altas. Este fenómeno foi apontado por 17 empresários. O prazo de reembolso foi a segunda maior dificuldade observada, tendo sido realçado por 9 empresários. Na indústria bancária (mantendo as outras variáveis constantes) existe uma relação directa entre a taxa de juro e o prazo de reembolso, daí que, quanto maior for o tempo do financiamento maior será a taxa de juro.

Por causa das dificuldades que as empresas assim como pessoas singulares têm para ter acesso aos SFF's por via da banca tradicional, a procura por meios alternativos de financiamento tem sido maior nos últimos anos. Actualmente existem no mercado financeiro instituições (pequenas) que oferecem SFF's similares aos que são oferecidos pelos bancos tradicionais exigindo relativamente poucos requisitos.

Do total das empresas inqueridas que já tiveram acesso à algum tipo de financiamento, quando não conseguem junto da banca tradicional, 7 afirmam que vê como alternativa recorrer às micro-financas. Outras 5 empresas afirmam que recorrem ao fundo de desenvolvimento distrital (FDD), 4 empresas recorreram à cooperativas de crédito e 3 recorrem à outras fontes não especificadas. Embora existam estas alternativas, os empresários afirmam que a localização dessas instituições, não torna dinâmica a prestação desses serviços.

Gráfico 16: Alternativas de financiamento



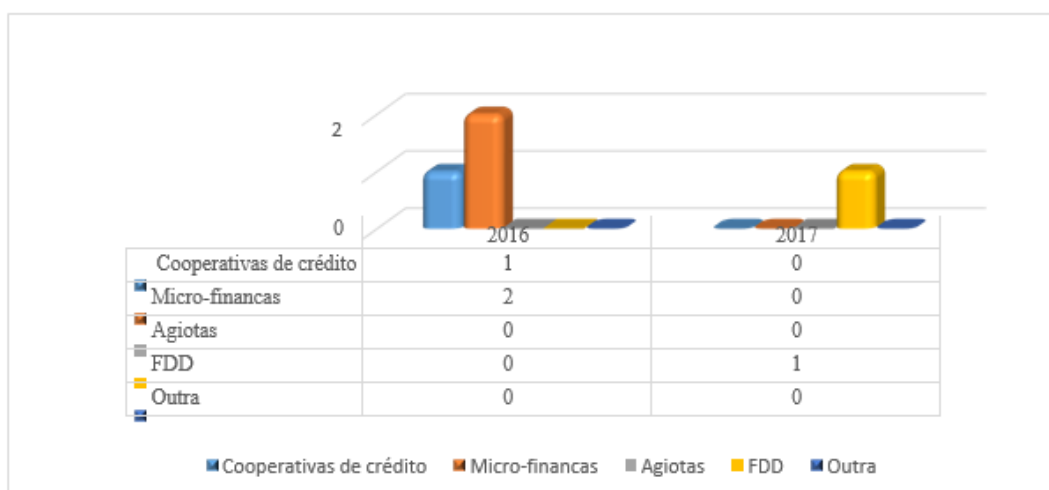
Fonte: Elaborado pelos autores (2021) com base no inquérito.

Do total das 19 PME's que afirmam ter tido acesso à algum tipo de financiamento durante o decurso de suas actividades fazendo uma análise, verifica-se que apenas três (3) PME's em 2016 e uma (1) PME em 2017 recorreram à fontes alternativas para obtenção de financiamento. Das 3 PME's que habilitaram-se de empréstimos em 2016, uma (1) teve como alternativa as cooperativas de crédito e duas (2) micro-financas. Em 2017 a única que recorreu ao financiamento foi através do FDD.

Com vista a melhorar o ambiente de negócios, o governo de Moçambique tem vindo a implementar diversas reformas. Prova disso é a elaboração da estratégia para a melhoria do ambiente de negócios (EMAN II) que vigorou de 2013-2017, o mesmo que sucede a anterior (EMAN I) que também vigorou de 2008 a 2012. Os principais objectivos desta estratégia são a

promoção de acesso ao financiamento e redução do risco e do custo do financiamento perspectivando tornar o investidor nacional num verdadeiro mobilizador de sinergias para o desenvolvimento do país devido ao seu papel na economia. O alcance desse objectivo seria garantido através da criação e introdução de novas fontes de financiamento às PME's, alternativas ao crédito bancário comercial e, com apoio institucional do instituto de promoção das pequenas e médias empresas (IPEME), massificar o associativismo empresarial e formação dos agentes económicos com vista a capacitá-los a aceder a fundos a custos acessíveis. Na cidade de Chibuto ainda não é muito notável a intervenção do IPEME, visto que ainda se faz sentir em grande escala a falta de assistência em matérias de gestão à estas PME's e quando questionadas, apenas 40% afirma conhecer o IPEME e 60% afirma não ter na íntegra conhecimento sobre o IPEME e os serviços que presta.

Gráfico 17: Fontes alternativas acedidas em 2016 e 2017



Fonte: Elaborado pelos autores (2021), com base no inquérito

Gráfico 18: Conhecimento do IPEME



Fonte: Elaborado pelos autores (2021), com base no inquérito

## 5 CONCLUSÕES

Feita a pesquisa, foi possível verificar que até o final do exercício económico de 2018, existiam 86 PME's registadas junto da AT de Chibuto. Apesar de não declarado, algumas das empresas já não se encontram operacionais devido à factores como falência e falecimento dos proprietários. Assim, actualmente apenas 71 dessas PME's é que estão ativas. Das PME's ativas, foi possível inquirir 47 delas e verificou-se que cerca de 68% das mesmas são de pequeno porte enquanto que 32% são de médio porte. Foi também possível verificar que a área de actuação que mais predomina é a do comércio ocupando cerca de 51% das actividades exercidas. Relativamente à instituições financeiras, a cidade de Chibuto conta com apenas dois (2) bancos comerciais (Millenium BIM e BCI) e uma (1) casa de câmbio, se notabilizando a falta de opções de financiamento formal para os empresários desta cidade.

Apesar de haver poucas opções no mercado em causa, nota-se que 72% das PME's tem conhecimento das instituições financeiras da cidade de Chibuto e apenas 28% não as conhece. A falta de atractividade desses serviços é devido ao seu custo e às imposições colocadas para ter acesso aos mesmos conduzindo assim a pouca aderência por parte das PME's.

Em relação aos requisitos, alguns dos empresários consideram que logo no início de suas actividades um dos grandes desafios é a série de requisitos que lhes são colocados como condição para aceder ao financiamento. A falta desses requisitos tem dificultado bastante a obtenção de financiamento junto da banca tradicional. Olhando especificamente para o custo do financiamento, 9% dos inquiridos consideram razoáveis as taxas de juros e 91% dos inquiridos consideram altas as taxas de juro cobradas pelos bancos. Portanto, fazendo uma análise custo-benefício, verifica-se que não é favorável a PME's aderirem a tais serviços e por consequência disso, apenas 40% dos inquiridos é que já recorreram a algum tipo de financiamento junto da banca tradicional. Apesar das dificuldades enfrentadas pelas PME's para a obtenção de SFF's, o surgimento e o crescimento das PME's na cidade de Chibuto não parou. Tendo como base o seu volume de vendas, 11 PME's tiveram um crescimento maior que 10%, 26 PMES's cresceram de 5% a 10% e 9 PME's tiveram um crescimento não maior que 5%. Apenas uma (1) PME' reduziu o seu volume de vendas à uma percentagem não superior a 5%.

Desta forma pode se dizer que o surgimento e o crescimento das PME's na cidade de Chibuto não é vedada pelas barreiras existentes para aceder aos SFF's, sendo que para os anos em análise (2016 e 2017) iniciaram actividades 7 PME's respectivamente e para a abertura desses negócios, cerca de 72% das PME's usaram capitais próprios e apenas 28% recorreram à algum tipo de financiamento. Das PME's que tiveram financiamento, 38% recorreram ao FDD, 15% à cooperativas de crédito, 8% à micro-finanças, 31% à outras fontes não especificadas e apenas 8% das PME's recorreram à banca tradicional.

Face aos problemas identificados, verifica-se um esforço que o governo tem vindo a fazer para melhorar o ambiente de negócios e dinamizar o sector empresarial através de várias estratégias que está a implementar, apesar de não haver resultados muito positivos, especialmente na cidade de Chibuto, onde a maior parte das PME's inquiridas não têm conhecimento da maioria das instituições de apoio às PMEs' a nível do país (IPEME).

## REFERÊNCIAS

- ABREU, M. et al. *Economia Monetária Financeira*. Lisboa, Portugal: Editora Escolar, 2007.
- AMBRÓSIO, R. O Microcrédito como instrumento de combate à pobreza em África – o estudo do caso da MOVE, em Moçambique. 2011. Dissertação (Mestrado em Ciências Empresariais) - Universidade Técnica de Lisboa Instituto Superior de Economia e Gestão, [S. l.], 2011.
- BANCO DE MOÇAMBIQUE . 2016. *Cadernos do Banco de Moçambique: Crédito Bancário.*, [S. l.], 15 jan. 2016.
- BELCHIOR, O. *Financiamento PME: Um guia prático no acesso ao crédito para o apoio às Empresas*. [S. l.]: . Texto editores, 2015.
- BRANCO, C. Crises económicas e estruturas de acumulação de capital em Moçambique. In CASTEL BRANCO, C. et al. *Desafios para Moçambique 2017*. Maputo: Institute of Social and Economic Studies, 2017. p. 99 164.
- CARNEIRO, T. *Operações Bancárias*. [S. l.: s. n.], 2008.
- CLASSENS, S. *Access to Financial Services: A Review of the Issues and Public Policy Issues*. World Bank Researcher Observer, 2006.
- CORRÊA, C. *Apostila de Metodologia da pesquisa científica*. Guarantã do Norte – MT, 2013.
- COSSA, U. Resíduos sólidos domiciliares: alternativas de destinação e seus impactos socioambientais na cidade de chibuto/Moçambique. *CLIMEP – Climatologia e Estudos da Paisagem*, Rio Claro (SP), v. 9, n. 1, p. 68-87, 4 Maio 2016.
- GERHARDT, D. T. ; SILVEIRA, T. E. *Métodos de pesquisa*. Porto Alegre- Editora da UFRGS, 2009.
- Gil , A. *Métodos e técnica de pesquisa social* (6ª ed.). São Paulo: Atlas Editora; 2008.
- JOSSEFA, A. L. Determinantes do acesso ao sistema: O caso de Moçambique. 2011. Dissertação (Mestrado em Economia Monetária e Financeira) - Universidade Técnica de Lisboa Instituto Superior de Economia e Gestão, [S. l.], 2011.
- KOHLER,E. *Direito Bancário*. Editora Unijai. Brasil. 2012
- LLIFFE, J. *The African Poor a history*. African studies series 58, 1987.
- MALEIANE, A. *Banca & Finanças: O essencial sobre o sistema financeiro*. Indico editores, 2014
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2006.
- MARQUES, I. *A Evolução do Sistema Bancário Internacional e Seu Impacto Em África "O Caso de Angola"*,2014.
- MARTINS A. *Manual para elaboração de monografias e dissertações*. 2ª edição, São Paulo: Atlas,2000.
- MOREIRA, H.; CALEFFE, L. G. *Metodologia da pesquisa para o professor pesquisador*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.
- PINHAL, J. *Loações: Uma Nova Abordagem*. Revisores e Auditores. Portugal ,2010.
- SCHARDONG, A. *Cooperativa de crédito: instrumento de organização econômica da sociedade*. 2ª edição. Porto Alegre: Rigel, 2013.
- SCHIMMELFENIG, F. *Cooperativismo de Crédito: Uma Tendência*. Vol. 5, 2010.
- TAVARES F., PACHECO L., ALMEIDA E. *Financiamento das Pequenas e médias empresas: análise das empresas do distrito do porto em Portugal*, 2015.